

Adriano Moreira

**NOTA CRÍTICA: A TESE DOUTORAL DE
EVA-MARIA VON KEMNITZ**



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

NOTA CRÍTICA: A TESE DOUTORAL DE EVA-MARIA VON KEMNITZ

AUTOR

ADRIANO MOREIRA

EDITOR

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

EDIÇÃO

ANTÓNIO SANTOS TEIXEIRA
SUSANA PATRÍCIO MARQUES

ISBN

978-972-623-179-0

ORGANIZAÇÃO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

Academia das Ciências de Lisboa

R. Academia das Ciências, 19

1249-122 LISBOA

Telefone: 213219730

Correio Eletrónico: geral@acad-ciencias.pt

Internet: www.acad-ciencias.pt

Copyright © Academia das Ciências de Lisboa (ACL), 2015

Proibida a reprodução, no todo ou em parte, por qualquer meio, sem autorização do Editor

NOTA CRÍTICA: A TESE DOUTORAL DE EVA-MARIA VON KEMNITZ

Adriano Moreira

Num livro que ganhou circulação mundial, escrito por Huston Smith, com o título original “The World’s Religions”, um dos críticos escreveu estas palavras, reproduzidas na apresentação da tradução portuguesa (2005) da editora *Lua de Papel*: “no preciso momento em que lê estas linhas, um pouco por todo o mundo haverá cristãos ajoelhados em preces, judeus a recitar a Tora, muçulmanos a rezar voltados para Meca, hindus a banharem-se nas águas sagradas do Ganges, monges budistas a meditar... Neste preciso momento, milhares de fiéis procuram na religião uma paz e um consolo que só a fé lhes consegue trazer”.

Estas palavras podem surpreender a todos os que apoiaram que o depois chamado Tratado de Lisboa omitisse qualquer referência aos valores cristãos que foram estruturantes da identidade europeia e ocidental, e que conduziram a sociedade civil da União Europeia, hoje em processo de crise, para um relativismo que perturba a esperança com que precisa de ser amparada e fortalecida a vontade de ultrapassar as violentas consequências do desastre financeiro e económico que nos atingiu.

Todavia, ao mesmo tempo que o relativismo e o desastre convergiam para a angustiante circunstância dos nossos dias, o interesse pelo islamismo multiplicou atenções, estudos, investigações, prospectivas, na área ocidental, e não pelas melhores razões.

De facto, o factor determinante foi o ataque de 11 de Setembro às Torres Gémeas de Nova York, a surpreendente acção de um grupo atípico a desafiar a superpotência mundial sobranceira, obrigando à teorização agravada do terrorismo, à avaliação tardia do descontrolo das migrações que instalaram pelo menos dezoito milhões de crentes nos territórios dos Estados europeus, à reavaliação da inquietante evolução demográfica, e também ao que foi chamado *eixo do mal* pelo unilateralismo americano, quando soberanias de cultura predominantemente muçulmana se inscreveram na corrida da dispersão e titularidade das armas de destruição maciça.

A tese do choque das civilizações, devido ao universitário americano Samuel Huntington, reduziu a complexidade da circunstância mundial ao anúncio de um futuro de fundamentalistas e integristas a conduzirem a Humanidade para o caos, com a civilização ocidental em risco, e para alguns em trânsito para o desaparecimento. Do país que anunciou o fim da história, metodicamente definido como modelo de felicidade global, e traça americana, por Fukuyama, vinha a prospectiva do apocalipse, cujas conclusões amarguraram os últimos escritos de Huntington, perguntando-se, como americano, *Who are we?* (2005), talvez pelo risco das minorias que estavam a chegar ao poder, não tendo assistido ao triunfo de Obama.

Para tornar a circunstância mundial mais inquietante, o conflito agudo que alarmou os espíritos, e de seguida daria origem a graves envolvimento militares de resultado incerto para os directamente envolvidos e também para os que inevitavelmente sofrerão os efeitos colaterais dos combates em curso, não incluiu no panorama das ameaças mais severas, nem os hindus a banharem-se nas águas sagradas do Ganges, nem os monges budistas a meditar. De facto repôs a secular desavença das religiões que têm em Abraão o antepassado comum dos “Povos do Livro”, como salientou o ilustríssimo Hans Küng, ao tornar claro o conceito com que orientou os estudos, investigações, e conclusões, dos seus tratados monumentais sobre o Judaísmo (1991), o Cristianismo (1994) e o Islão (2004), conceito resumido nestas palavras: “não há paz entre as nações sem paz entre as religiões. Não há paz entre as religiões sem diálogo entre as religiões. Não há diálogo entre as religiões sem normas da ética global. Não há sobrevivência no nosso globo sem uma ética global, uma ética mundial compartilhada por crentes e não crentes”.

A premissa ética do diálogo tem sido a busca em que consome a inteligência, a vida, e a devoção, e o facto é que, ao contrário, a realidade fez explodir conflitos Militares, ou atípicos como o terrorismo, ou entre poderes e políticas que também, como aquele, inscrevem valores religiosos no seu conceito estratégico, como se passa no Iraque, no Paquistão, na disputa Israel – Palestina, e assim por diante. Colocar o diálogo no lugar do combate, e sobretudo retirar Deus do campo de batalha, espera pelo poder encantatório de vozes capazes de restaurar e assumir a liderança das opiniões das sociedades civis, mas também espera pela serenidade universitária, empenhada numa sociedade mundial de informação, do saber, e também da sabedoria, isto é, dos valores, do repúdio do relativismo, *do poder da palavra contra a palavra do poder*.

Uma tarefa sobretudo urgente, no que toca à Universidade, porque o regresso ao estudo urgente do islamismo não pode negar a importância dinamizadora dos conflitos armados, dos atentados, do terrorismo global, da complexidade da relação entre as *sociedades civis* ocidentais estruturadas ao longo dos séculos e as *multidões* de imigrantes recebidas descontroladamente, sem política de integração, sem política de assimilação, sem política de justiça social.

O facto é que, regressando à linguagem tão expressiva de Hans Küng, quando toda a inquietação e interesse suscitado pelo islamismo cresce, é a *imagem do inimigo* que regressa e condiciona muitas das perspectivas em curso, com lembrança do paradigma do império Árabe a ultrapassar em inquietação o paradigma do Islão como religião universal, com incertezas sobre que tipo de Islão pretendem os muçulmanos, pan-islamismo, pan-arabismo, islamismo, socialismo, secularismo, isto é, sobre o futuro da ordem estatal e da política islâmica: o tema emergente é o da passagem da imagem do inimigo à imagem da esperança (Küng).

O livro de que hoje nos ocupamos, a tese doutoral de Eva-Maria von Kemnitz – intitulada *O Orientalismo em Portugal no Contexto Europeu e das Relações Luso-Magrebina*s (Séculos XVIII e XIX), que teve a orientação dos autorizados Professores José Esteves Pereira e Adel Yussef Sidarus, diz respeito a uma época em que a imagem do inimigo foi talvez a dominante, mas no âmbito do *império euromundista*, isto é, numa conjuntura em que o sentimento de domínio e a força imperante eram ocidentais, e os estudos da época foram dominados pela premissa estratégica da expansão e da superioridade, não pela premissa da conjuntura actual em que todas as balanças de poder – militar, económico, cultural – se desequilibraram e a anarquia é a tónica que anima o pensamento complexo com que é olhada a conjuntura. Não se tratava já, naquela data, das angústias de Erasmo quando pensava na presença dos turcos às portas de Viena, sem remédio para as questões desagregadoras internas da cristandade. Naturalmente o primeiro dos louvores para a investigadora diz respeito à profundidade e dimensão da investigação, desde os antecedentes do orientalismo em Portugal, o arabismo nos meios eclesiásticos (século XVIII), a sua apreensão pela intelectualidade portuguesa das luzes onde devemos salientar a Marquesa de Alorna, e os fundadores da Academia das Ciências, Duque de Lafões e Abade Correia da Serra, ao lado da Academia da História, ambas activas e prestantes nestes nossos difíceis dias; a importância do tema nas relações diplomáticas de Portugal com o Magrebe nos séculos XVIII e XIX, e finalmente a prolongada, minuciosa, e utilíssima viagem pela docência e formação, a listagem e decifração dos métodos do ensino e das matérias, a produção erudita impressa e o espólio manuscrito, os visitantes e os contactos epistolares e institucionais, e finalmente o balanço do passado e dos horizontes nesta viragem do milénio.

Recordei que a imagem do adversário, no ensinamento de Hans Küng, esteve secularmente nas premissas da curiosidade, ou académica, ou religiosa, ou sobretudo política, um facto visível na história da Península Ibérica. Não obstante a sabedoria com que os reis da reconquista “manifestaram ter uma clara noção sobre o interesse da actividade económica dos mouros, pelo que não praticaram uma política de extermínio das suas comunidades”, como vem anotado na recente e excelente *História de Portugal* (2009) coordenada por Rui Ramos, também fica ali lembrado que “a intolerância religiosa e a agressividade mútuas entre cristãos e muçulmanos acentuou-se neste período” (pg. 43), e tal conflito manter-se-á nas várias fazes da expansão para o oriente. Não é por isso de estranhar que Edward Said, tão justamente posto em evidência pela nossa autora, tenha concluído no seu *Orientalism* (1978), pelo descrédito da validade científica dos estudos pelo seu enfeudamento à política, tendo em vista o *corpus* específico que examinou, que foi o dos países responsáveis pelo euromundismo imperial. Sublinho a conclusão da autora no que toca à afirmada especificidade do orientalismo português “na sua forma mais pujante na viragem dos séculos XVIII/XIX, que poderá corresponder assim ao Orientalismo de Said. Portugal dialogou com Marrocos e as Regências barbarescas de igual para igual, respeitando nas negociações a especificidade do contexto jurídico islâmico, e permaneceu fiel ao espírito dos Tratados celebrados com aqueles Estados”. Esta diferença, atrevo-me a sugerir, que confirma a

dependência de atitude em relação ao conceito estratégico da soberania, porque justamente diz respeito a um passado em que a interferência de Portugal nesta área já é apenas dependente do *diálogo*. Portugal, que iniciou a expansão pelas conquistas no Norte de África, e viu terminar o I Império (o da Índia) no desastre de Alcácer Quibir, na época do diálogo abriu caminho para que um dos mais prestigiados governadores da cidade internacional de Tanger, já no século XX, fosse o Almirante Magalhães Correia, e que um dos juízes do seu tribunal fosse o português Vera Jardim. Hoje, como a autora concluiu, compreendemos que se aproximava a época, em que estamos, na qual “a cooperação com o mundo árabe-islâmico e, em particular, no quadro islâmico, afigura-se vital, estando finalmente integrada no âmbito das políticas comunitárias europeias”. O que leva a recordar a incompreensão com que, na crise de 1974, vimos desactivar o *Instituto de Línguas Africanas e Orientais* do ISCSP, de conceito mais vasto do que aquele que respeita ao mundo árabe-islâmico. Também lembramos que, quer na Guiné, quer sobretudo em Moçambique, na década que antecede 1974, é notável a intervenção de vários Bispos católicos, como o falecido D. Sebastião de Resende, para que as religiões do Livro tentassem compreender reciprocamente as suas leituras específicas e assim orientassem a solidariedade pacífica e cooperante das respectivas comunidades. Lembro isto por justiça para com eles, com a esperança de que este livro magnífico venha somar-se à indispensável definição do paradigma que Küng chamou “projecto de uma ética mundial” e que, na área da investigação e do ensino, em que Eva-Maria Von Kemnitz vem colocar uma pedra de base, significa servir a sociedade da informação e do saber, sem esquecer a sabedoria dos valores de que a luta política, passada e tragicamente actual, afecta as relações entre os povos do Livro. Não se trata de fundir crenças, porque, como foi bem observado, “em termos históricos, a missão cristã para o Islão não teve qualquer sucesso, como a missão muçulmana para o Cristianismo foi e continua a ser infrutífera” (Küng). Mas na circunstância do globalismo, sem governança, numa data em que finalmente todas as áreas culturais do mundo falam com voz própria, o grande projecto da ONU foi encontrar um paradigma ético comum que pudesse colocar o diálogo, com a sua metodologia dirigida ao consenso diplomático da razoabilidade, no lugar dos conflitos armados em que se pretende que a vitória reduza ao silêncio a argumentação do adversário. Um livro como o que hoje é lançado traz uma contribuição importante para compreender e predicar que o diálogo, nos temas que deixei referidos, é superior, na relação entre custos e resultados, a todos os combates. Mas também a experiência, que tanto se afastou dos projectos da ONU, e que hoje está semeada de conflitos armados em que os conceitos estratégicos em competição recorrem a valores religiosos, por vezes ao confronto com ideologias que apenas são democráticas, ou com interesses apenas cobertos pelas razões de Estado, mostra que sem uma *ética comum*, paradigma orientador de uma ordem jurídica pacífica e globalizada, não será possível reorientar a governança que nos falta. A tese doutoral de Eva-Maria von Kemnitz fortalece a convicção de que o diálogo é o método ilegível, que as circunstâncias, designadamente mediterrânicas, o exigem, que a experiência portuguesa vivida apoia um saber feito de experiência. Devemos-lhe este serviço. O qual também é um passo para a formulação, a definir e aceitar, de uma ética comum. Para conseguir um objectivo, prévio a toda a esperança de governança pacífica do

globalismo, que é recolher a fé aos corações, e retirar Deus do campo de batalha. Para conseguir um objectivo, prévio a toda a esperança de governança pacífica do globalismo, que é recolher a fé aos corações, e retirar Deus do campo de batalha. A República, o Estado laico, não pode ignorar a complexidade crescente das comunidades que, na Europa em particular, no Ocidente em geral, nos regionalismos em multiplicação, professam a maneira religiosa com que, na certa visão de Houston Smith, em cada monumento procuraram “uma paz e um consolo que só a fé lhes consegue trazer”. O grande desafio, no multiculturalismo do século XXI, são as fracturas da sociedade civil, cujo risco o Estado laico não pode ignorar.

*(Comunicação apresentada no Museu de Marinha
a 23 de Junho de 2010)*